

Congresso Nacional Ulysses propõe ao Governo definir questões urgentes

O deputado Ulysses Guimarães aconselha o presidente Fernando Collor a nomear algumas questões prioritárias de maior urgência para uma negociação com dirigentes e líderes partidários, admitindo, nesse entendimento, receber propostas e sugestões que possam ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Ulysses julga a situação gravíssima, conforme teve oportunidade de constatar em encontro que promoveu em sua residência, na capital paulista, quinta-feira da semana passada, com economistas e lideranças "as mais representativas do empresariado paulista", quando analisou-se a crise em seus diversos aspectos.

Urgente e prioritário — O que é importante, para o veterano político, ex-presidente do PMDB e que também presidiu a Constituinte, é que o Governo não se perca com um número exagerado de temas. Pelo contrário, na sua opinião, o Governo deve procurar definir as questões que realmente considera prioritárias para discutir com o mundo político, admitindo receber propostas e sugestões que possam ser viabilizadas através da negociação.

Empresários e economistas disseram a Ulysses que a sonegação de impostos é alta porque a

carga tributária mostra-se demasiadamente onerosa. Com isso, cresceu consideravelmente a economia informal, cabendo ao Governo tomar medidas que contribuam para estimular o aumento da base dos contribuintes, admitindo, uma redução da alíquota de contribuição. Pelo que está informado, no entanto, a intenção do Governo é outra, pois ele parece inclinado a propor mero aumento de tributos, com o que não resolverá o grave problema da sonegação fiscal no País.

O ex-presidente do PMDB tem conversado com os empresários e economistas para conhecer os diversos aspectos da crise. Também tem estabelecido conversas com dirigentes e líderes políticos de expressão e representatividade, discutindo fórmulas e problemas que possam facilitar uma negociação no Congresso.

Ulysses Guimarães continua convencido de que a introdução do parlamentarismo impõe-se como meio de modernização das nossas instituições políticas. Ele alimenta a esperança de que o próprio presidente da República mobilize suas forças no Congresso para aprovar a emenda constitucional proposta pelo senador José Richa antecipando o plebiscito sobre forma e sistema de governo para abril de 1992.